

## **O PAQUISTÃO E O TERRORISMO TRANSNACIONAL NA CAXEMIRA: ENTRE O PATROCÍNIO REAL E A PUNIÇÃO VIRTUAL (1989-2009)**

Pakistan and Transnational Terrorism in Kashmir:  
Between Real Sponsorship and Virtual Punishment (1989-  
2009)

*Edson José Neves Júnior\**

### **Introdução**

Se o terrorismo internacional islamista na Caxemira tem apresentado um notável crescimento nas últimas duas décadas, é certo que o fenômeno está relacionado ao apoio oferecido por setores do Estado paquistanês às organizações jihadistas empenhadas nesta frente de batalha com a Índia. Por setores estatais entende-se a ação direta do Inter-Services Intelligence Directorate – ISID, maior serviço secreto do país, e indireta do Exército nacional. Em realidade, não se tratam de entidades estatais muito distintas, pois o ISID, via de regra, é coordenado por autoridades militares, embora seu corpo funcional seja de origem mista, civil-militar.

O suporte institucional ao terrorismo na Caxemira, como estratégia de “guerra por procuração”, foi a forma encontrada por certos setores estatais de manter vivo o conflito pela região, depois de sofrer severas derrotas para o exército indiano nas guerras de 1947-1949, de 1965, de 1971 e na mini-guerra de 1999. Assim, embora o Paquistão esteja engajado, ao lado dos Estados Unidos, na chamada “guerra contra o Terror”, seu apoio a organizações extremistas na Caxemira acabou por se tornar uma necessidade de política exterior. Tal suporte, a princípio contraditório, acarreta, por

---

\* Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor das disciplinas de História e Geografia no Ensino Médio.

conseqüência, ocasiões de punições mais virtuais que reais contra estes mesmos grupos, exemplificadas em atos de repressões e condenações, de fato, inócuas, efetivadas apenas para que potências estrangeiras e a opinião pública internacional se convençam das boas intenções do governo na luta contra o radicalismo político<sup>1</sup>.

Com a finalidade de apontar de que forma ocorre o suporte aos grupos terroristas na Caxemira, este artigo se divide em duas seções. Na primeira será feita uma explanação sobre os serviços secretos no Paquistão e o destaque auferido pelo ISID ao longo da história do país. E na segunda e última seção será feita uma análise do suporte desta grande Agência aos grupos terroristas na Caxemira no período de 1989 a 2009. Este recorte espaço-temporal, bem como dos atores envolvidos (ISID e organizações terroristas islamistas), foram escolhidos com base na observação que no contexto do

**Ilustração 1 - Divisão e áreas disputadas da Caxemira**



Fonte: Fórum - Conciência Mundial Caxemira.

<sup>1</sup> A punição virtual do Paquistão às organizações terroristas pode ser exemplificada pela recorrência de seu banimento formal e os reiterados aprisionamentos de seus líderes. Contudo, estas mesmas organizações, a princípio banidas, continuam funcionando sob outros nomes, e os líderes encarcerados são libertados, via de regra, por “falta de provas”. (HAQQANI, 2004, pp. 358-359)

final da década de 1980 é que os grupos jihadistas extremistas se tornaram a principal ferramenta de política externa paquistanesa para a manutenção do conflito com a Índia pela região do antigo principado de Jammu e Caxemira.

### **O ISID, as Organizações Terroristas e a Caxemira.**

A principal Agência de inteligência paquistanesa nasceu com a função exclusiva de atuar segundo os interesses nacionais do Paquistão para a anexação da Caxemira. Como principal função, estimulou a ação das forças armadas e das milícias terroristas durante as grandes guerras (com exceção da primeira, em 1947, porque ainda não existia). Nas guerras de 1965 e 1971 foi responsável por fornecer assistência logística e bélica aos grupos paramilitares. E, da mesma forma, o ISID foi de extrema importância no apoio à Frente de Libertação de Jammu e Caxemira<sup>2</sup>, ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando seus objetivos eram convergentes (GREGORY, 2008, p. 3; WINCHELL, 2003, p. 375).

Apesar da constante participação do ISID na organização e auxílio aos movimentos radicais na Caxemira, até o final da década de 1980, especificamente em 1989, não foi responsável pela criação de tais grupos. Seu papel se restringia ao apoio às organizações nascidas no contexto nacional ou regional. Uma conjuntura propícia foi a responsável pelo protagonismo do ISID na formação de tais organizações. Dentre os fatores constitutivos desta situação indico quatro principais, todos relacionados à disposição de recursos humanos, turbulências dentro da porção caxemir dominada pela Índia e ao contexto internacional do final da década de 1980.

A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em janeiro de 1989 liberou grande parte dos mujahidins até então comprometidos no combate aos invasores. Na concepção de política exterior do ISID, esses guerreiros poderiam continuar

---

<sup>2</sup> A Frente de Libertação de Jammu e Caxemira, mais conhecida pela sigla em inglês JKLF (Jammu e Kashmir Liberation Front), foi criada em finais da década de 1960, como um movimento político em prol da realização do Plebiscito. Passou a operar ataques violentos contra as forças de segurança da Caxemira indiana na década de 1970, e também a exigir a anexação da região ao Paquistão. Contudo, com a decadência e falta de apoio popular em fins nos anos oitenta, o JKLF mudou sua orientação política, e agora defende a independência de todas as terras do antigo principado, o que oportunizou a volta de respaldo significativo da população do Estado caxemir.

mobilizados e se deslocar para o *front* caxemir, onde se reforçava a legitimidade da *jihād*, conectada à situação prévia do Afeganistão, qual seja: a de que o governo da Índia invadira “terras tradicionais do Islã” e era necessário prosseguir com a vitoriosa campanha de libertação dos muçulmanos oprimidos.

Paralelamente ao deslocamento dos mujahidins afegãos, houve outra fonte de “recursos humanos” para o terrorismo na Caxemira, esta originada pela formação de uma nova geração militante egressa dos madraçais paquistaneses. As escolas corânicas vinham apresentando um formidável crescimento ao longo da década de 1980, apoiado pelo Estado governado pelo General Zia, conforme Tabela 2, a seguir. A morte do ditador em 1988 e a ascensão de um partido nacionalista, como o PPP, com Benazir Bhutto no cargo de premiê, não convergia com os planos do ISID e dos partidos religiosos vinculados aos madraçais. Isto porque a nova governante assinalava com promessas de aprofundar as negociações com o governo indiano para a resolução pacífica da questão caxemir.

**Tabela 1 – Desenvolvimento Quantitativo dos Madraçais no Paquistão até 1982<sup>1</sup>**

(aqui se desconsidera o Paquistão Oriental, independente desde 1971)

País e Províncias	Pré-1947	1950	1956	1960	1971	1979	1982
PAQUISTÃO	137	210	244	401	893	1725	1896
Punjab	87	137	159	264	580	1012	910
Sind	19	25	25	44	120	380	277
PFN <sup>2</sup>	20	31	43	66	127	218	572
Baluchistão	7	11	12	20	44	135	59
Caxemira <sup>3</sup>	4	6	10	11	22	-	12
Áreas do Norte	-	-	-	-	-	-	32
Islamabad	-	-	-	-	-	-	34

<sup>1</sup> Os números apontados levam em conta apenas os madraçais registrados. No Paquistão é comum que muitos deles existam sem a sanção do Estado.

<sup>2</sup> Província da Fronteira Noroeste.

<sup>3</sup> Aqui é referida apenas a Caxemira Livre (Azad Kashmir – ver Ilustração 1).

Adaptado de MALIK, 1998, p. 180.

Temendo potenciais concessões por parte do governo, tal qual fizera Zulfikar Bhutto nas negociações de Simla<sup>3</sup>, em 1972, os diretores dos madraçais, e a Agência de Inteligência, resolveram intensificar a ação jihadista na Caxemira enviando novos quadros para a região, devidamente preparados para a “guerra santa de libertação”. Entretanto, estes estudantes do Corão ficaram mais conhecidos pela sua presença no Afeganistão ao longo da primeira metade da década de 1990, e com a instituição do governo talibã afegão em 1996.

Contudo, uma série de eventos precedentes ao deslocamento dos mujahidins afegãos e dos alunos corânicos são importantes para compreender a formação da primeira organização política radical muçulmana na Caxemira ocupada pela Índia. Estes acontecimentos se situam nos anos de 1987 e 1988, quando eleições legislativas gerais naquele Estado<sup>4</sup> opunham dois “Shas” (BOSE, 2001). O primeiro era o candidato da situação, Ghulam Mohiuddin Shah, indicado pelo partido da Conferência Nacional e apoiado por Nova Deli. O candidato de oposição, Mohammad Yusuf Shah, representava a Frente Muçulmana Unida (FMU). A FMU defendia a implantação de um sistema islâmico na porção indiana caxemir e tinha como um dos partidos integrantes o Jamaat-i-Islami de Jammu e Caxemira (JIJK), filial do JI paquistanês<sup>5</sup> (SIKAND, 2002, pp. 748-749).

Com a iminência da vitória da FMU, muito em função do descontentamento popular com as administrações regionais pró-indianas, as forças de segurança indianas, em manobra truculenta, prenderam o líder da coalizão islâmica, M. Yusuf Shah, e

---

<sup>3</sup> Em Simla/Índia, após a guerra de 1970/1971, o governo do Paquistão aceitou como formal a Linha de Controle estabelecida provisoriamente em 1949. Esse ato diplomático, além da insatisfação de setores internos paquistaneses, oportunizou à Índia advogar contra o plebiscito argumentando que a situação já foi resolvida bilateralmente desde então.

<sup>4</sup> A Caxemira foi oficialmente incorporada à União Indiana por meio de sua inclusão no Artigo 370 da Constituição Nacional sobre áreas especiais. E tal anexação foi reforçada pelo chamado Acordo Sheikh-Indira, de 1975, que oficializava a Caxemira como parte da União e determinava o domínio do presidente nacional sobre as estruturas governamentais regionais

<sup>5</sup> O Jamaat-i-Islami – JI (Bloco Islâmico) é um dos partidos mais antigos do Paquistão, foi fundado, em 1941, pelo Maulana Abul Ala Mawdudi, que era considerado um dos mais destacados intelectuais islâmicos do país e tinha uma visão bem particular sobre como deveria funcionar as estruturas estatais e o sistema social sob a égide do Islã. Possui filiais na Caxemira Indiana e em Bangladesh, que até 1971 fazia parte da República paquistanesa com o nome de Paquistão Oriental.

declararam a vitória do candidato situacionista, Ghulam M. Shah. O candidato da oposição permaneceu encarcerado por nove meses e só foi liberado quando o processo eleitoral fora finalizado e o novo governante empossado (BOSE, 2001, pp. 41-42).

As manipulações políticas do governo indiano fizeram eclodir protestos populares em diversas cidades do Estado e, ainda, oportunizou o surgimento da primeira organização islâmica terrorista na região. O candidato derrotado, após sua soltura e com o auxílio do Serviço Secreto paquistanês, que disponibilizou armamento e campos de treinamento na Caxemira Livre<sup>6</sup>, organizou o *Hizb-ul-Mujahidin* – HM (Partido dos Guerreiros da Liberdade) e adotou o nome de guerra “Syed Salahudin”, pelo qual é conhecido pelas autoridades indianas e que figura entre os mais procurados pelas forças de segurança do país (BOSE, 2001, pp. 41-42).

No plano internacional, o crescimento dos grupos terroristas apoiados ou mesmo criados pelo ISID também contou com a anuência dos EUA. Os acontecimentos ligados ao declínio do comunismo no Leste Europeu, bem como a vitória contra os soviéticos no Afeganistão, desviaram a atenção de Washington do contexto asiático meridional, deixando ampla margem de liberdade aos setores militares paquistaneses para criarem as bases necessárias a uma nova fase da disputa pela Caxemira. Essa nova etapa, vigente até os dias atuais, é marcada pelos conflitos assimétricos, de baixa intensidade, através de ações de grupos terroristas dirigidas às autoridades regionais pró-indianos e à população caxemir não-muçulmana, ou mesmo a muçulmana considerada “colaboracionista”.

### ***Suporte ao HM e a primeira fase do avanço terrorista islamista na Caxemira (1989-1993)***

O suporte oferecido aos grupos terroristas na Caxemira teve três fases distintas ao longo de duas décadas, de 1989 a 2009. Cada um destes estágios foi caracterizado segundo critérios relacionados, primeiro, ao objetivo perseguido pelo Serviço Secreto paquistanês em relação à Índia, e segundo, à composição, métodos de ação e finalidades

---

<sup>6</sup> A Caxemira Livre é formalmente administrada pelo Paquistão, mas tem, de fato, grande autonomia política (vide Ilustração 1).

das organizações terroristas. O fim de uma etapa e o início da seguinte reflete a mudança na concepção do ISID a respeito da eficácia do grupo patrocinado, as alterações em seu próprio objetivo quanto à Caxemira e, por fim, sua estratégia de revezamento na concessão de recursos às organizações<sup>7</sup>.

A tabela 2 a seguir mostra os principais grupos terroristas paquistaneses na Caxemira, bem como, a que movimentos políticos e religiosos paquistaneses se vinculam, e quais seus objetivos em relação à Caxemira e à Índia.

**Tabela 1 – Principais Organizações Terroristas Islamistas Sunitas Paquistanesas atuantes na Caxemira. 1989 – 2009**

Nome Original do Grupo (com tradução)	Ano de Criação	Movimentos ou Instituições Paquistanesas ao qual se vincula	Classificação Ideológico-Religiosa	Principal Liderança <sup>i</sup>	Objetivos em Relação à Caxemira e/ou Índia
Harkat-ul-Mujahidin (HuM) - Movimento dos Guerreiros da Liberdade	1985 <sup>ii</sup> (no Afeganistão)	Madraçais (Escolas) Deobandis	Tradicionalista <sup>iii</sup>	desconhecido	Anexação da Caxemira ao Paquistão
Jaish-e-Mohammed (JEM) - Soldados de Maomé	2000	Madraçais (Escolas) Deobandis	Tradicionalista <sup>iii</sup>	Maulana Masood Azhar	Anexação da Caxemira ao Paquistão e de outras regiões da Índia com população muçulmana
Harkat-ul-Jehad-i-Islami (HuJI) - Movimento da Guerra Santa Islâmica	1989 <sup>ii</sup> (no Afeganistão)	Madraçais (Escolas) Deobandis	Tradicionalista <sup>iii</sup>	Qari Saifullah Akhtar	Anexação da Caxemira ao Paquistão

<sup>7</sup> O ISID alternava o apoio aos diversos grupos jihadistas na Caxemira com o objetivo de não permitir que nenhum deles sobrepusesse os demais, ou adquirisse autonomia em relação ao Estado paquistanês. (ZAHAB; ROY, 2004, pp. 54-55).

Lashkar-e-Taiba (LeT) - Exército dos Puros	1990	Movimento Religioso Ahle-Hadith e Madraçais Vaabitas	Fundamentalista	Hafez Saeed	Anexação da Caxemira ao Paquistão e de outras regiões da Índia com população muçulmana
Hizb-ul-Mujahidin (HM) - Partido dos Guerreiros da Liberdade	1988	Partido Político Jamaat-e Islami (Bloco Islâmico)	Jihadista Político Moderado <sup>iv</sup>	Syed Salahuddin	Anexação da Caxemira ao Paquistão

<sup>i</sup> São apresentadas as principais lideranças de cada grupo, mas há uma vasta hierarquia entre o chefe supremo e os mujahidins atuantes na Caxemira.

<sup>ii</sup> Estes grupos foram criados para a *Jihad no Afeganistão*, mas se deslocaram para a Caxemira logo após a retirada dos soviéticos em 1989.

<sup>iii</sup> A classificação de “tradicionalista” foi estabelecida por Gilles Kepel, porque os Deobandis, apesar de defenderem uma configuração conservadora da religião, não concordam com a adoção de formas atávicas de rituais e práticas rotineiras. Argumentam sim que as palavras e atos do Profeta devem ser interpretados de acordo com a realidade contemporânea e, a partir de então, aplicadas para os devotos muçulmanos. Papel chave nesta macro-visão teológica tem, então, os ulemás que dirigem e ensinam nos madraçais espalhados pelo Paquistão (KEPEL, 2003, pp. 94-96).

<sup>iv</sup> A classificação de “jihadista político moderado” se justifica porque o HM é o único grupo que admite alguma margem de negociação com os indianos, quando pressionados por setores do governo paquistanês ou pelo partido político do qual recebe suporte. Exemplos dessa tendência foi o protagonismo do HM nas negociações com a Índia do breve cessar-fogo em 2000 e na participação em certos Conselhos que permitem um canal de diálogo com as forças indianas e com os demais grupos agindo na Caxemira.

Fonte: Elaboração do autor.

O primeiro grupo terrorista islamista sustentado pelo ISID foi o Hizb-ul-Mujahidin - HM, fundado em 1989. A mudança para o HM e, por consequência, ao islamismo radical, teve como causa os fatores destacados anteriormente, como a assunção de um nacionalismo independentista por parte do JKLF e tentativas de pacificação da região por Benazir Bhutto, mas, em se tratando da escolha do HM, a razão pode ser encontrada no papel do partido religioso paquistanês Jamaat-i-Islami - JI e sua filial na Caxemira indiana, o JI de Jammu e Caxemira (SIKAND, 2002, p. 278). Foi pela negociação envolvendo a diretoria do ISID e do alto escalão do JI que a primeira organização terrorista islamista foi instalada na região.

O apoio do Exército e do Serviço Secreto paquistanês ao HM em muito influenciou a sua estrutura organizacional. Esta organização conta com uma série de companhias, batalhões e pelotões, cada qual liderado por uma patente específica

(RANA, 2004, pp. 440-443). Além disso, possui uma constituição que determina a hierarquia dos postos e suas respectivas funções. Contudo, desde 2000 vem sofrendo com cisões e a partir de sua estrutura se formaram outros quatro grupos terroristas menores (MIR, 2006, pp. 91-95).

A classificação do HM como um grupo terrorista, embora “moderado”, de acordo com a definição de *jihadista político* apresentada anteriormente (Tabela 2), se dá também pela comparação de suas ações com as empreendidas por organizações mais radicais, como as de cunho deoband e as de inspiração vaabitas. Embora esteja incluído na Constituição do grupo que suas atividades se dirigem exclusivamente contra forças de segurança indianas, sediadas na Caxemira, a prática tem mostrado um quadro bem diferente. Os ataques do HM às instituições estatais ou em locais públicos, como o efetivado no Estádio Maulana Azad, em primeiro de janeiro de 1995, por conta das comemorações do dia da democracia indiana, vem ocasionando muitas baixas civis consideradas, entretanto, “incidentais”<sup>8</sup>.

A opção do ISID em reduzir o apoio ao HM, em 1993, foi ocasionada por fatores relacionados à crescente desconfiança da Instituição a respeito das metas do grupo, à mudança dos objetivos do serviço secreto em relação à Índia e à diminuição da mobilização popular favorável ao HM. Com relação às mudanças dos propósitos do grupo, o ISID temia que o HM adquirisse respaldo político popular significativo e passasse a pleitear a independência da região e não mais a anexação ao Paquistão. Como a maior parte dos quadros do HM se compunha de caxemires e sua base de recrutamento também era regional, a margem de sua independência poderia crescer. Assim, era imperativo ao ISID alterar a configuração das organizações terroristas na Caxemira com vistas a manter um controle estrito.

---

<sup>8</sup> Uma explicação possível para essa dissimulada moderação, exemplificada no discurso dos ataques restritos às forças de segurança, pode ser explicado pelas influências leninistas do Jammāt-e-Islami, uma vez que os escritos marxistas que inspiraram a constituição dos partidos revolucionários condenaram as ações terroristas por abalarem a confiança e amedrontarem a população da qual se queria aproximar (KEPEL, 2003, p. 63).

Também, o serviço secreto paquistanês, com a chegada ao poder nacional paquistanês de candidato apoiado por uma coalizão de partidos religiosos<sup>9</sup>, por sua vez montada pelo próprio diretor do ISID à época, o oficial militar Hamid Gul<sup>10</sup>, buscava alterar sua política de “guerra por procuração” para a questão da Caxemira. Procurava, neste contexto, intensificar os ataques a outras porções do território indiano e também às populações não-muçulmanas da Caxemira – hindus e budistas, forçando a instabilidade interna e o aumento da pressão popular para uma resolução rápida das fronteiras disputadas (ZAHAB; ROY, 2004, pp. 53-55). O HM, neste novo cenário, perderia o papel protagonista de outrora, já que restringira suas atividades ao cenário caxemir e no plano discursivo, ao menos, limitava os ataques às forças de segurança regionais.

Por outro lado, a própria população muçulmana da Caxemira indiana, ao longo desses quatro primeiros anos de atividade do HM, foi deixando de apoiar a causa do grupo. Isto porque os atentados terroristas e as consecutivas “baixas civis acidentais”, que incluíam também muçulmanos, se converteram em real ameaça para os habitantes do Estado. Embora a maioria islâmica estivesse mobilizada contra a administração indiana, por conta da manipulação das eleições de 1987, não havia um sentimento de ódio em relação aos cidadãos vizinhos hindus. Vale lembrar que dos cerca de cinco milhões de muçulmanos vivendo na Caxemira ocupada pela Índia apenas alguns milhares se dispuseram a ingressar nas fileiras do HM<sup>11</sup>.

Embora tenha ocorrido um afastamento do serviço secreto em relação ao HM já em 1993, o definitivo rompimento ocorreu somente em 2000, com a declaração de um cessar-fogo unilateral por parte do HM, que fora negociado diretamente com as autoridades indianas. A autonomia temida no passado se apresentava inquestionável nestas circunstâncias. Na seqüência, o líder supremo do grupo declarou seu afastamento

---

<sup>9</sup> Este político é o líder punjab Nawaz Sharif, que ocupou o cargo de premier paquistanês pela primeira vez em fevereiro de 1990.

<sup>10</sup> A coalizão que levou Sharif ao cargo de primeiro-ministro em 1990 foi a Islami Jamhoori Ittehad – IJI (Aliança Islâmica Democrática). Esta aliança havia falhado nas eleições de 1988 (HAQQANI, 2005, pp. 202-204.)

<sup>11</sup> Um motivo adicional para promover o terrorismo contra hindus, budistas e siques é a limpeza étnico-religiosa dele decorrida, o que aumentaria a probabilidade de maiores porções do território caxemir aos paquistaneses, caso um intervenção internacional determinasse a divisão da região em termos religiosos e/ou étnicos (HAQQANI, 2005, p. 368).

do JI do Paquistão, determinou que a jihad na Caxemira deveria se dirigir, de fato, apenas aos alvos militares indianos e, desde 2004, com a perseguição generalizada dos grupos jihadistas na Caxemira, vem cogitando voltar a participar, simultaneamente, das eleições do Estado.

### **O radicalismo deoband e vaabita e a nova fase terrorista islamista na Caxemira (1993-2004).**

O descrédito popular do HM, bem como, a radicalização das metas do ISID, refletida no ataque aos civis considerados inimigos levou a um processo de renovação das organizações terroristas na Caxemira, patrocinadas pelo Estado paquistanês. Era imperativo que algumas alterações fossem implementadas, como a mudança na composição dos grupos e sua área de atuação, a promoção de uma nova e mais radical ideologia de guerra santa, a criação de novos campos de treinamento, e injeção de ainda mais recursos financeiros para aumentar o alcance das atividades terroristas na região.

O recurso aos militantes paquistaneses em substituição aos caxemires teve como determinantes duas preocupações dos gestores da guerra por procuração com a Índia<sup>12</sup>. Por um lado, evitava certos empecilhos na execução das missões, como a proximidade ou até mesmo vínculos de parentesco com aqueles que se pretendia atingir, uma vez que os militantes caxemires do HM se viram envolvidos em problemas morais quando suas ações se dirigiam contra pessoas conhecidas da comunidade e a legitimidade dos atos era colocada em xeque quando eram vitimados habitantes que se encontravam em situação social similar a dos perpetradores dos ataques. Afinal, um caxemir hindu ou budista pobre estivera sujeito aos mesmos problemas que um muçulmano e se tornava difícil aos terroristas locais lhes atribuírem responsabilidades pelas ações repressoras ou antidemocráticas do governo de Nova Deli.

Por outro lado, a utilização de jihadistas paquistaneses, deslocados de madraçais do Punjab, do Sind ou da Província da Fronteira Noroeste, possuíam outra perspectiva

---

<sup>12</sup> A proporção de paquistaneses nos grupos Deobandis, como o Harakat ul Mujahidin – HuM, o Harakat ul Jihad-Islami – HuJI e o Jaish-e-Mohammed - JeM, e nos os Vaabitas, como o Lashkar-e-Toiba, é de cerca de noventa por cento. Os dez por cento restantes não se compõem apenas de caxemires, mas também de militantes islâmicos centro-asiáticos, iraquianos, bengalis, entre outros (RANA, 2004).

do conflito pela Caxemira, uma visão um tanto quanto simplificada, mitológica e maniqueísta da história da disputa. Posição esta que não deixava dúvidas quanto à imperiosa necessidade de reincorporar aquela área ao mundo do Islã e transformava todos os não-muçulmanos em potenciais inimigos. Tal característica possibilitava aos dirigentes dos grupos terroristas e seus patrocinadores estatais manobram com maior facilidade a disposição de recursos humanos, justificarem melhor uma guerra santa contra os infiéis e, assim, estender a frente de batalha para os demais Estados indianos.

Nesta mesma linha, sobre uma nova concepção de jihad na Caxemira, para elevar o grau de violência política a outros patamares, as organizações terroristas passaram a adotar um discurso potencialmente mais radical em relação aos vizinhos. A guerra santa sofreu uma nova subversão em sua concepção original e passou a ser o pilar do islamismo – o fiel que não se empenhasse direta ou indiretamente no conflito contra indianos e todos aqueles que obstavam a anexação da Caxemira, estariam descumprindo seu papel como muçulmano e não seriam dignos perante a comunidade religiosa (JALAL, 2009, pp. 252-254).

O processo de despolitização, ideologização e privatização deste conflito consentiram uma nova concepção espacial por parte das organizações terroristas, que passaram a salientar a *Ummah* (Comunidade Islâmica) como unidade a ser reconstituída, e não mais apenas o Estado nacional paquistanês. Por esse motivo, lideranças dos grupos deobandis e de inspiração vaabitas defendem a nostálgica volta do Califado Omíada, do século VIII, que se estendia da Índia até a Península Ibérica. Certamente, tal postura, calcada na defesa de uma “jihad total” e num surpreendente projeto expansionista internacional atávico, certamente não obteve a aprovação dos provedores estatais paquistaneses, mas visando o sucesso da empreitada caxemir e para a derrota definitiva da Índia, tal prospectiva foi encarada como um mal necessário (ZAHAB; ROY, 2004, p. 35).

A mudança ideológica operada a partir de 1993 e a adoção de organizações terroristas convergentes ao novo objetivo podem ser evidenciadas em discursos bastante semelhantes do comandante maior do *Lashkar-e-Taiba*, Hafez Saeed, e do diretor geral do ISID de 1988 a 1989, o Tenente-General Hamid Gul. Enquanto Saeed defende a

recriação do Califado, afirma que a Caxemira é apenas o portão de entrada para a Índia e a libertação dos duzentos milhões de muçulmanos indianos (ZAHAB; ROY, 2004, p. 35) e diz acreditar na teoria do choque de civilizações de Huntington, a partir do qual o Islã se tornará a religião dominante (HUSSAIN, 2007, p. 53.). Hamid Gul sustentou, em entrevista concedida a um jornal virtual indiano, que os objetivos do Paquistão incluem os muçulmanos da Índia e que a Caxemira e outras regiões habitadas por muçulmanos deverão se converter em território paquistanês, com o perigo de a Índia vir a sofrer uma “desintegração forçada” (REDIFF, 2004).

A delegação da responsabilidade pela disputa com a Índia às organizações terroristas não ocorreu apenas na Caxemira, mas se converteu em uma política de estado paquistanesa para a Ásia meridional e Oriente Médio. Foi neste contexto que se testemunhou o crescimento da guerrilha talibã e sua posterior chegada ao poder no Afeganistão em 1996. O Estado paquistanês lançou mão da mesma fonte de recrutamento para a batalha nestes dois *fronts*, ou seja, as escolas corânicas deobands, vaabitas e, em menor número, as organizações vinculadas ao Jamaat-i-Islami (MARSDEN, 2002, pp. 157-170). Tanto que a formação e treinamento desses guerreiros eram realizados em madraçais ou campos específicos ao longo das fronteiras leste e oeste do país. Bem como, o emprego destes quadros permitia sua mobilização entre a frente caxemir e afegã indistintamente, de acordo com a necessidade.

O processo de “talibanização” do Afeganistão, em 1996, não teve êxito na Caxemira, no mesmo período, porque o governo indiano respondeu com ainda mais força, o que permitiu manter o controle daquele Estado, e também porque a conjuntura política era distinta nas duas regiões. Enquanto a guerra civil no Afeganistão, iniciada com o fim do governo socialista em 1992, provocara caos social, na Caxemira ocupada pela Índia o controle estatal foi incrementado com a supressão de governos eleitos e pela imposição de administrações regionais bastante alinhadas aos interesses do governo de Nova Deli.

Os mesmos estudantes corânicos que foram recebidos como salvadores no Afeganistão, na esperança de que se tratava de uma força política “inocente”, pacificadora, sofreram com a rejeição da população caxemir, pouco identificada com

aquele tipo de ação radical, e a repressão das forças de segurança indianas. O Estado paquistanês, representado pelo Exército e ISID, se equivocou ao utilizar estratégias similares em circunstâncias distintas. Embora houvesse certa indignação contra o domínio indiano na Caxemira, novamente, não se tratava de um contexto de guerra civil que justificasse a intervenção externa. Ademais, a violenta experiência demonstrada nos primeiros anos da ação do Hizb-ul-Mujahidin, demonstrou que um islamismo, a tal ponto radical, não encontrava amparo no tipo de Islã de inclinação sufista<sup>13</sup> que era comum entre os caxemires.

A ação das organizações terroristas na Caxemira se transformava, enfim, em uma ferramenta de política exterior do Paquistão, e somente isso. A “mini-guerra” de 1999, provocada pela infiltração de forças militares e jihadistas paquistaneses através da Linha de Controle, na cidade de Kargil, contou com restrito apoio popular e rapidamente foi rechaçada pelo Exército indiano. Acabou por contribuir para a decadência do governo de Nawaz Sharif e a ocorrência de mais um golpe militar que levou ao poder o General Pervez Musharraf (JONES, 2003, pp. 87-108).

A aliança entre ISID e as organizações terroristas deobandis e vaabitas sofreu seu primeiro revés com os ataques às torres gêmeas e pentágono em 11 de setembro de 2001. A posterior invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos, com a derrubada do governo talibã, colocou o governo de Musharraf em uma posição pouco confortável. Enquanto, por um lado, se via forçado a ingressar na coalizão contra o terrorismo religioso, principalmente islâmico<sup>14</sup>, por outro, sofria pressões internas por parte das organizações e partidos confessionais islamistas para afastar a política externa dos Estados Unidos e buscar estabelecer acordos com países muçulmanos. Embora

---

<sup>13</sup> De acordo com o Dicionário Aurélio, o sufismo é “um misticismo arábico-persa, que sustenta ser o espírito humano uma emanção do divino, no qual se esforça para reintegrar-se” Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Sufismo. In: Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1625. O dicionário eletrônico Houaiss afirma que é uma “forma de misticismo e ascetismo islâmico, hostil à ortodoxia muçulmana, caracterizado por uma crença de fundo panteísta e pela utilização da dança e da música para uma comunhão direta com a divindade [Propagou-se especialmente na Índia e na Pérsia, do século IX ao XII e foi influenciado pelo hinduísmo, budismo e cristianismo.]”. HOUAISS, Antônio. Sufismo. In: Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva, 2001.

<sup>14</sup> A pressão dos EUA pelo apoio paquistanês na “cruzada contra o terror” veio acompanhada por volumosos empréstimos e perdão da dívida externa deste país (MOMANI, 2004.)

pressionado, Musharraf temia que seu governo não resistisse às críticas das organizações religiosas.

O General Musharraf pertencia ao grupo considerado “reformista” do Exército, mas, mesmo assim, sabia da necessidade de manter próximos os líderes deobandis, vaabitas e do JI. Como recurso, buscou diferenciar o contexto afegão do caxemir. Enquanto lançava ofensivas contra os talibãs no Afeganistão, defendia que a situação na Caxemira não era apoiada pelo Paquistão, mas tratava-se sim de uma revolta da população local contra a opressão indiana, e que os grupos armados ali operantes eram mantidos e compostos, exclusivamente, por caxemires (ABBAS, 2005, pp. 196-199). A diferenciação proposta por Musharraf atraiu, por consequência, a ira dos ulemás e mulás paquistaneses, já que tal distinção não se sustentava do ponto de vista prático e histórico. Os talibãs no Afeganistão e mujahidins na Caxemira foram formados e treinados dentro de organizações religiosas maiores, que compunham uma rede bem mais ampla do que apenas os grupos terroristas como o *Lashkar-e-Taiba*, ou o *Jaish-e-Mohammed*, por exemplo.

Os momentos definitivos, que opuseram a administração de Musharraf e as redes religiosas, se passaram sim entre os anos de 2003 e 2004, quando os Estados Unidos, por seu turno, ameaçavam retirar os recursos destinados ao Paquistão, e os grupos terroristas colocavam o Estado nacional paquistanês como inimigo do Islã<sup>15</sup>. Os atentados de dezembro de 2003 contra Musharraf e a adoção de uma moderada e limitada política de repressão aos grupos terroristas, seguida da proposta de uma reforma secular do principal serviço secreto do país, o ISID, são evidências da alteração na relação entre setores do governo e organizações terroristas. O patrocínio real dá lugar a uma punição virtual, uma vez que estes grupos continuam ativos na Caxemira e no Afeganistão, e ainda mantém certa margem de apoio estatal, principalmente dentro das forças armadas e agentes do ISID.

---

<sup>15</sup> Outro autor delimita essa nova fase de tensão na relação entre terroristas e o governo de Musharraf a partir de 2002, quando grupos deobandis e vaabitas são colocados na ilegalidade. (ABBAS, 2005, p. 234). Contudo, considero este marco pouco significativo, uma vez que estas organizações terroristas apenas mudaram de nomenclatura e continuaram a atuar livremente na Caxemira e mantiveram sua estrutura praticamente intacta.

### **É possível dizer que a criatura se voltou contra o criador? (2004 – 2009).**

A fase que se iniciou em 2004 não é marcada por alterações de fundo no papel dos grupos terroristas na Caxemira. Esta etapa se caracteriza sim pela inclusão de um novo inimigo em seus ofensivos discursos: o Estado paquistanês. Até este marco, o governo nacional paquistanês não era considerado um inimigo do Islã, muito embora as organizações religiosas lhes dirigissem críticas pela inclinação ocidental e participação em negociações com a Índia<sup>16</sup>. Contudo, deste ponto em diante, os ataques às instituições públicas ou a grupos considerados apoiadores do governo se tornaram comuns, fazendo com que o contexto político interno fosse tomado pela ingovernabilidade. Esta situação não apresentou mudanças significativas com a complicada presidência de Asif Ali Zardari, viúvo de Benazir Bhutto, antes conhecido pela alcunha de o Mr. 10%<sup>17</sup>.

Quanto à postura das organizações jihadistas, passaram a defender a retomada do processo de islamização social e institucional iniciado pelo General Zia ul-Haq, com a imposição de um modelo pouco claro de regime teocrático, no qual os líderes sunitas teriam papel destacado. E, neste sentido, procuram salientar o papel da Comunidade Islâmica (a *Ummah*) enquanto referencial de organização política, e a extensão da jihad ao Afeganistão, que figura, novamente, como território islâmico ocupado por estrangeiros.

Também, como recurso de sobrevivência, estas organizações jihadistas buscam auxílio junto a outros Estados e associações muçulmanas estrangeiras, e ocupar o lugar

---

<sup>16</sup> O Ingresso do Paquistão no SAARC em 1985, juntamente com a Índia e outros, foi objeto de duras censuras por parte dos partidos religiosos.

<sup>17</sup> Dadas as reiteradas denúncias de corrupção contra Zardari, quando ocupava cargos públicos nas duas administrações de sua esposa, foi apelidado de “Sr. 10%”, em referência às cobranças de propinas que fazia das empresas que tinham algum tipo de negócio com o Estado. Atualmente, utilizando seu poder político de chefe da nação, Zardari vem tentando acabar com as piadas sobre seu passado decretando sua proibição. Neste sentido, determinou que a Agência Federal de Investigação empreenda investigação nacional nos sítios eletrônicos para averiguar “calúnias contra a liderança política do país”, que agora faz parte da nova Lei de Crimes Cibernéticos. Cf. THE TELEGRAPH. Pakistan president Asif Zardari bans jokes ridiculing him. 21/07/2009. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/pakistan/5878525/Pakistan-president-Asif-Zardari-bans-jokes-ridiculing-him.html>>, acesso em 23 de janeiro de 2010.

do poder público nas regiões onde tem proeminência, criando laços alternativos de identificação regional subestatais. Via de regra, esse apoio externo é efetivado via doações, principalmente de patrocinadores no Golfo Pérsico e comunidades de diáspora, bem como, pelo engajamento de militantes oriundos destas regiões. Fator este que tem dotado os grupos terroristas paquistaneses de uma identidade transnacional substancial, por sua vez transformada em militância política efetiva.

### **Considerações Finais**

É ainda prematuro tecer quaisquer prognósticos a respeito da continuidade da estratégia da *guerra por procuração* delegada às organizações terroristas privadas na Caxemira, por parte de setores do Estado paquistanês. É fato, entretanto, que algumas mudanças já podem ser observadas na atuação dos radicais na Caxemira.

Após as medidas de repressão e restrição aos grupos terroristas efetivadas por Islamabad, o grupo Hizb-ul-Mujahidin, por exemplo, anunciou que seus militantes estão proibidos de executar ataques contra alvos civis, devendo manter sua luta pela libertação caxemir restrita ao combate às forças de segurança indianas (MIR, 2006, pp. 88-90). Contudo, o HM fora formado tendo esta diretriz de ação inscrita em seu próprio regimento e em poucas ocasiões fez questão de honrá-la.

Mas, a simples declaração deste grupo pode ser entendida como uma mudança na dinâmica terrorista na Caxemira? E ademais, ainda que se operem mudanças nesta organização, o que se pode esperar das demais, conhecidas por serem bem mais radicais e violentas em sua prática, como as deobandis e vaabitas? Conseguirá a nova administração de Asif A. Zardari controlar ou reprimir com eficiência tais grupos? E o ISID será, de fato, colocado sob controle de autoridades civis? Ou mais importante, qual o interesse do Estado paquistanês em desmontar ou mesmo limitar esta Agência que se mostrou tão útil aos objetivos do governo nacional e, notadamente, dos Estados Unidos em outras ocasiões?

Infelizmente, para essas perguntas não há mais que respostas meramente especulativas. É certo que setores do Estado paquistanês ainda sustentam e apóiam organizações terroristas na Caxemira, indicando que essa região ainda possui valor

simbólico, material e estratégico para o país, o que se traduz na impossibilidade de se pensar a sua pacificação no curto e médio prazo.

## REFERÊNCIAS

- ABBAS, Hassan. *Pakistan's Drift into Extremism. Allah, the Army, and America's War on Terror*. Armonk, N.Y.: Londres: M. E. Sharpe, 2005.
- ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- BOSE, Sumantra. *Kashmir at the Crossroads. Problems and Possibilities*. *Security Dialogue*, v. 32, nº 1, pp. 41-64, 2001.
- FÓRUM - CONCIÊNCIA MUNDIAL CAXEMIRA. Disponível em: <<http://www.kashmirawareness.org/sections/?view=section&s=conflict>>, acesso em 15 de setembro de 2010.
- GREGORY, Shaun. *The ISI and the War on Terrorism*. Pakistan Security Research Unit – PSRU. Síntese n.º 28. Bradford, UK, 2008. Disponível em: <<http://spaces.brad.ac.uk:8080/download/attachments/748/Brief28finalised.pdf>>, Acesso em 15 de setembro de 2010
- HAQQANI, Husain. *Pakistan. Between Mosque and Military*. Washington: Brookings Institution Press, 2005.
- HAQQANI, Husain. *Pakistan's Terrorism Dilemma*. In: LIMAYE, Satu P.; MALIK, Mohan; & WIRSING, Robert G. *Religious Radicalism and Security in South Asia*. Honolulu, Asia-Pacific Center for Security Studies, 2004. pp. 358-359.
- HUSSAIN, Zahid. *Frontline Pakistan: The Struggle with Militant Islam*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.
- JALAL, Ayesha. *Combatentes de Alá: a jihad no sul da Ásia*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- JONES, Owen Bennett *Pakistan. Eye of the Storm*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2003.

- KEPEL, Gilles. Jihad: expansão e declínio do islamismo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.
- MALIK, Jamal. Colonialization of Islam: Dissolution of Traditional Institutions in Pakistan. Nova Deli, Manohar Publishers and Distributors: 1998.
- MARSDEN, Peter. Os Talibã. Guerra e Religião no Afeganistão. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- MIR, Amir. The True Face of Jihadis. Inside Pakistan's Network of Terror. Nova Deli, Roli Books: 2006.
- MOMANI, Bessma. The IMF, the U.S. War on Terrorism, and Pakistan. Asian Affairs. Vol. 31, n.º 1, pp. 41-50, 2004.
- RANA, Muhammad Amir. A to Z Of Jehadi Organizations In Pakistan. Lahore: Mashal Books, 2004.
- REDIFF. Entrevista com ex-diretor do ISID, Hamid Gul. 12 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.rediff.com/news/2004/feb/13inter.htm>>, acesso em 27 de setembro de 2010.
- SIKAND, Yohinder. The Emergence and Development of the Jama'at-i-Islami of Jammu and Kashmir (1940s-1990). Modern Asian Studies. Vol. 36, n.º 3, pp. 705-751, 2002.
- TALBOT, Ian. Pakistan. A Modern History. Nova Deli: Foundation Books, 2009.
- THE NATION ON WEB. Zardari seeks civilian control of ISI. 21 de janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.nation.com.pk/pakistan-news-newspaper-daily-english-online/Politics/01-Jan-2010/Zardari-seeks-civilian-control-of-ISI>>, acesso em 21 de setembro de 2010.
- THE TELEGRAPH. Pakistan president Asif Zardari bans jokes ridiculing him. 21/07/2009. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/pakistan/5878525/Pakistan-president-Asif-Zardari-bans-jokes-ridiculing-him.html>>, acesso em 23 de janeiro de 2010.

## **RESUMO**

O artigo analisa as organizações terroristas islamistas transnacionais que atuam na Caxemira desde 1989, formadas e patrocinadas por setores do Estado paquistanês, como a principal Agência de Inteligência do país, a Diretoria de Serviços de Inteligência Interligados, mais conhecida pela sigla e nome ISID – Inter-Services Intelligence Directorate, e o Exército nacional. A utilização de forças religiosas particulares na disputa com a Índia, que já dura mais de sessenta anos (desde 1947), atende a uma estratégia de Política Externa do Paquistão calcada no recurso à “Guerra por Procuração” como ferramenta essencial para a continuidade de sua ação bélica na região. Como forma de legitimar sua atuação na Caxemira, as organizações terroristas desenvolveram uma subversão da idéia da Jihad, na qual a guerra santa se transforma, por um lado, no único dever de qualquer fiel do Islã, e por outro, uma forma de promover uma limpeza religiosa contra todos aqueles que são considerados inimigos, com o objetivo de desestabilizar a administração indiana no Estado.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Terrorismo Islamista Transnacional; Conflito da Caxemira; Serviço de Inteligência Paquistanês.

## **ABSTRACT**

The article analyzes the transnational Islamist terrorist organizations operating in Kashmir since 1989, which were formed and sponsored by sections of the Pakistani state, as the main intelligence agency in the country, the ISID - Inter Directorate-Services Intelligence, and the national army. The use of private religious forces in the dispute with India, which lasts for more than six decades (since 1947), attends a strategy for Pakistan's Foreign Policy based in the use of "War by Proxy" as an essential tool for their continued military action in the region. As a way to legitimize its actions in Kashmir, terrorist organizations developed a subversion of the idea of jihad, in which the holy war is posed as the sole duty of every believer of Islam, and secondly, as a way of promoting a religious cleansing against those who are considered enemies, with the objective to destabilize Indian government in the State.

## **KEYWORDS**

Transnational Islamist terrorism; Kashmir conflict; Pakistani Intelligence Service